



**PEC 113A/2015**  
**00003**

**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

**EMENDA Nº        – CCJ**  
(à PEC nº 113-A, de 2015)

Acrescenta os § 9º e §10 ao art. 17 da Constituição Federal para estabelecer novas diretrizes quanto ao tempo de rádio e televisão de que trata o § 3º do *caput*.

Dê-se ao art. 3º da Proposta de Emenda à Constituição nº 113-A, de 2015, que altera o art. 17 da Constituição federal, a seguinte redação:

Art. 3º. O art. 17 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“**Art. 17.** .....

.....  
§ 9º Na hipótese de perda de mandato do Deputado Federal por força de decisão judicial da Justiça Eleitoral, transitada em julgado, as cotas do Fundo Partidário e o tempo de propaganda partidária e eleitoral no rádio e na televisão serão redistribuídos entre os demais partidos com representação na Câmara dos Deputados. (NR)

§ 10 O direito de que trata o § 3º do *caput* só poderá ser transferido ao partido destinatário, na hipótese de mudança partidária com justa causa, se o parlamentar tiver obtido



SF/16665.26031-06



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

número de votos válidos equivalente ao quociente eleitoral.  
(NR)

### **JUSTIFICAÇÃO**

Conforme prescreve a legislação, o horário reservado para a propaganda eleitoral no rádio e televisão é dividido entre os partidos e coligações, e não entre os candidatos. Esta é a conclusão que se pode inferir do §2º do artigo 47 da Lei nº 9.504/97:

*“Os horários reservados à propaganda de cada eleição, nos termos do parágrafo anterior, serão distribuídos entre todos os partidos e coligações que tenham candidato e representação na Câmara dos Deputados, observados os seguintes critérios:”*

Para participar do rateio do tempo relativo à propaganda eleitoral é necessário, portanto, que os partidos/coligações possuam candidatos registrados para concorrer a determinado cargo e tenham representação na Câmara dos Deputados, ou seja, possuam Deputados Federais eleitos.

A propaganda partidária é um instituto da maior importância para a agremiação partidária, considerando tratar-se de valioso instrumento para arregimentar o apoio popular de que necessita para alcançar mandatos e realizar seus objetivos institucionais. Partindo de tal premissa, não nos parece consentâneo com o regime republicano e o próprio Estado



SF/16665.26031-06



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

Democrático de Direito que um partido possa beneficiar-se de um ativo eleitoral de tamanha expressividade por intermédio de uma candidatura que logrou êxito perpetrando ilícitos eleitorais já reconhecidos em caráter definitivo pela Justiça Eleitoral.

Firme no propósito de impedir qualquer tipo de proveito que possa advir de ilícitos, a Proposição contribui para que os Partidos escolham seus candidatos de forma mais criteriosa e passem a dedicar especial atenção ao pleito, no intuito de contribuir para a higidez do processo eleitoral.

Quanto à portabilidade verificada nas transferências de legendas, reputamos necessário restringir a transmissão dos direitos de rádio e televisão e cotas do fundo partidário à hipótese de o parlamentar ter atingido individualmente o quociente eleitoral.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento de três mandados de segurança, firmou o entendimento de que os mandatos pertencem aos partidos e que, dessa forma, como o candidato é eleito como filiado de uma agremiação, ele não pode mudar para outra legenda, por mera liberalidade, e levar consigo o mandato. É fato que a hipótese de criação de uma nova legenda constitui exceção a esta regra. Entretanto, não se mostra adequado o candidato locupletar-se da estrutura e dos votos da legenda pela qual participou da eleição para, posteriormente, levar tempo de rádio e televisão, bem como cotas do fundo partidário para a nova agremiação.



SF/16665.26031-06



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

Sob nossa perspectiva, a portabilidade é compreensível quando o parlamentar individualmente alcançou o quociente eleitoral necessário para garantir a titularidade do seu mandato. Isso porque, neste caso, a pessoa do candidato logrou votos suficientes para conquistar o assento congressional, não havendo locupletamento obtido por votos destinados à legenda.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2016.

Senador RONALDO CAIADO  
Líder do DEM/GO



SF/16665.26031-06